



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

DITADURA MILITAR: FUNDAMENTOS DA ACUMULAÇÃO FINANCEIRO NO BRASIL

Francieli Martins Batista

franci_martins@hotmail.com

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”/Faculdade de Filosofia e Ciências
Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

A crise do capital ocorrido nos 1970 colocou na ordem do dia a necessidade do rearranjo do *bloco histórico burguês*, o que impele a condensação de um novo projeto econômico, com vistas a uma nova plataforma de acumulação de capital. O resultado destas mudanças e disputas intra-burguesas ficou evidente nos vinte anos subseqüentes: o desenvolvimento de uma política liberalizante com a desregulamentação do mercado internacional e dos movimentos de capitais, ou seja, a imposição das *reformas neoliberais*. A demanda, posta pelos países centrais, por uma menor regulação no comércio internacional originou-se, em grande medida, pela considerável expansão do setor financeiro e do mercado de capitais.

O desenvolvimento deste processo proporcionou mais importância ao setor financeiro no ciclo de acumulação de capital ao gerar lucros cada vez mais substantivos, independente do setor produtivo, aumentando a discrepância entre o volume movimentado na esfera especulativa e o montante realmente existente - *lastro real do capital*. Deste modo, a lógica financeira se forjará como o padrão de acumulação capitalista no reordenamento das forças políticas e econômicas com a implementação do sistema neoliberal. Os fenômenos emergidos em fins da década de 1980 e início dos anos 1990 mantêm-se na forma de organização política, econômica e social que ainda vivemos.

A hipótese que procuramos verificar é a de que o constructo desta nova base capitalista tem como ponto nodal o esgotamento do ciclo de acumulação e o rompimento com o Acordo de Bretton Woods que irá incidir sob a economia nacional, especialmente com a *“crise do milagre”*. Do mesmo modo, procuramos compreender o papel ativo que a política econômica da Ditadura Militar Brasileira assumiu no avanço do capital financeiro no país. O Estado brasileiro favoreceu abertamente a fração do setor financeiro com a implementação de políticas de orientação monetarista e antiinflacionária além, da própria reestruturação do sistema financeiro. Os resultados concretos dessa reestruturação foi uma maior centralização e a concentração bancária associada à maior internacionalização da economia brasileira tanto na presença de capital no país como, fonte de recursos para empréstimos.



Entendemos, portanto, que o padrão de acumulação sob dominância financeira se forja nesse bojo a partir das medidas tomadas a nível nacional e internacional para enfrentar a crise do capital que instalou nos anos 1970. Esta e as demais consequências levarão o Brasil, por sua condição *sine qua non*, ao modelo neoliberal. Portanto, é essencial retomar estes fenômenos históricos, suas relações, determinações e particularidades para compreender seus substratos essenciais que atualmente se apresentam no campo político e econômico.

ABSTRACT

The capital crisis of the 1970s put the need for the rearrangement of the bourgeois historical bloc on the agenda, which pushed the condensation of a new economic project, with a view to a new platform for capital accumulation. The result of these intra-bourgeois changes and disputes was evident in the following decades: the development of a liberalizing policy with the deregulation of the international market and capital movements, i.e., the imposition of neoliberal reforms. The demand from central countries for less regulation in international trade was largely due to the considerable expansion of the financial sector and the capital market.

The development of this process has given more importance to the financial sector in the cycle of capital accumulation by generating increasingly substantive profits, independent of the productive sector, increasing the discrepancy between the volume of the speculative sphere and the real amount of capital. In this way, the financial logic will be forged as the pattern of capitalist accumulation in the rearrangement of political and economic forces with the implementation of the neoliberal system. The phenomena that emerged in the late 1980s and early 1990s remain in the form of political, economic, and social organization that we still live.

The hypothesis we seek to verify is that the construct of this new capitalist base has as its nodal point the exhaustion of the cycle of accumulation and the rupture with the Bretton Woods Agreement that will affect the national economy, especially with the "miracle crisis". In the same way, we try to understand the active role that the economic policy of the Brazilian Military Dictatorship played in the advancement of financial capital in the country. The Brazilian state openly favored the fraction of the financial sector with the implementation of monetarist and



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

antiinflationary orientation policies, as well as the restructuring of the financial system itself. The concrete results of this restructuring were a greater centralization and the banking concentration associated to the greater internationalization of the Brazilian economy both in the presence of capital in the country and as a source of funds for loans.

We understand, therefore, that the pattern of accumulation under financial dominance is forged in this bulge from the measures taken at national and international level to face the capital crisis that it installed in the 1970s. This and the other consequences will lead Brazil, due to its condition *sine qua non*, to the neoliberal model. Therefore, it is essential to take up these historical phenomena, their relations, determinations and particularities in order to understand their essential substrates that are currently present in the political and economic field.

Palavras-chave

Ditadura militar; dependência; Brasil

Keywords

Military dictatorship; dependency; Brazil

I. Introdução

O projeto de desenvolvimento que se inicia com o golpe militar no Brasil, em 1964, expressou a crise econômica e política que se agudizava no país ao menos desde o início da década. As contradições que se tornavam cada vez mais cadentes no seio da sociedade brasileira foram sufocadas pela tomada do poder e o exercício da violência e repressão que se instalou na esfera política, econômica e social. O presente trabalho tem como objetivo apresentar alguns aspectos essenciais que conformaram a nova ordem econômica, em especial, a reestruturação do sistema financeiro efetuada pelos militares. Embora não tenha se modificado determinadas bases que sustentavam o capitalismo no Brasil, como a dependência de financiamento externo, mas ao contrário, reafirmaram e aprofundaram a dependência do país frente ao capital externo. Abriu-se um novo ciclo de expansão econômica que se adequava à lógica monopolista em consonância ao padrão de acumulação posto a nível internacional.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

As transformações ocorridas a partir dos anos 1950 no Sistema Monetário Internacional expressas no Acordo de *Bretton Woods* incentivavam a expansão da exportação de capitais e a instalação de multinacionais em regiões periféricas. A inserção do Brasil nesta dinâmica se fez por meio de instrumentos que favoreciam a formação de monopólios e a entrada de capitais externos de forma subalternizada e um importante instrumento que corroborou à este projeto foi a nova política financeira do país.

O nosso trabalho integra uma pesquisa de mestrado que se encontra em andamento, contudo, é possível indicar alguns elementos importantes que decorrem deste processo. Destacamos as consequências do aprofundamento da dependência do financiamento externo que resultou numa elevação vertiginosa da dívida externa e a partir da crise econômica que assola o sistema capitalista nos 1970 e se agrava nos anos 1980, o país é impelido a se submeter à políticas que o enquadraram num novo arranjo fundado na desregulamentação econômica e da dominância da acumulação financeira.

II. BRETTON WOODS E A POLÍTICA FINANCEIRA DA DITADURA MILITAR

Na metade do século XX acompanhamos a reestruturação do sistema capitalista a partir Acordo de *Bretton Woods* firmado no pós - II Guerra Mundial, historicamente conhecido como a "Era de Ouro", cujo significado maior foi o Estado assumir papel essencial no planejamento produtivo e social no interior das fronteiras nacionais. Este projeto esteve sob hegemonia estadunidense e contemplou mais abertamente a busca por estabilidade do câmbio, incentivo ao investimento internacional e correções com problemas na balança de pagamentos. De forma geral, este novo reordenamento econômico esteve voltado à reconstrução de países europeus e do Japão que terminaram a guerra com elevados déficits e desequilíbrio econômico. Operacionalizaram tal política com a criação de duas instituições internacionais: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Ademais, firmou-se o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (siga em inglês - GATT) com o desígnio de reduzir as barreiras comerciais sob negociações periódicas. Estabeleceu-se uma era baseada na ideia de livre comércio e movimentos



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

de capitais sustentados pela dominação do dólar, cujo lastro em ouro era garantido pelo governo dos EUA.

A partir desta reorganização do Sistema Monetário Internacional abriu-se um ciclo econômico de expansão produtiva mundial entre os anos 1950-1970, elevando-se a um patamar quatro vezes maior, assim como o comércio mundial e os produtos manufaturados ampliaram-se em torno de dez vezes (HOBSEBORN, 1995).

A grande massa de capitais transferidas aos países em reconstrução forjou uma nova divisão internacional do trabalho a partir da ampla expansão do comércio mundial, em especial de produtos industrializados. Este processo esteve restrito, de início, aos países centrais e ensejou mudanças substantivas na base produtiva, que passou a ser sustentada por intensiva tecnologização. A chamada "Revolução Tecnológica", de meados dos anos 1960 e mais expressivamente nos 1970, é a exacerbação do grande acúmulo científico que, mediante sua transmutação em elemento fundamental no desenvolvimento econômico, reforça a enorme vantagem dos países centrais em relação aos periféricos, dado seus altos investimentos em pesquisa e ciência.

Hobsbawm (1995, p. 272) afirma na década de 1960 emerge, com mais força, a transnacionalização da economia com a exportação de capitais para países periféricos; com a divisão do ciclo produtivo, na qual, partes da atividade produtiva passaram a se realizar fora de suas fronteiras; formação de multinacionais; e, aumento do financiamento externo.

Esse processo deve ser compreendido a partir dos condicionados da lógica expansiva do capital e da tendência à centralização e concentração do sistema capitalista. Logo, o entendimento de que a reprodução ampliada do capital é condição *sine qua non* para sua existência no tempo, as economias centrais viabilizaram, mediante uma nova divisão internacional do trabalho, o avanço dos capitais centrais sobre as economias periféricas: quer pelo aumento do volume de capital destinado às estas regiões, quer pelo uso dos mecanismos políticos.

Importante ressaltar também o nexo desigual pelo qual se opera o sistema capitalista. As relações comerciais que estruturam no mercado mundial se conformam posições hierárquicas na medida em que os países com um elevado avanço das forças produtivas estabelecem uma relação de



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

subordinação com os países economicamente atrasados. Os países periféricos serão impelidos a absorver as relações sociais e as relações de produção próprias deste sistema. Contudo, é patente que não conseguirão seguir o mesmo caminho que os países do centro, pois não passarão por determinadas etapas de desenvolvimento, até se chegar à um alto nível de incorporação das forças produtivas. Estes países irão se ajustar ao nível desenvolvimento econômico estabelecido pelo centro, se relacionando com ele de forma subordinada.

“O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se vêem obrigados a avançar aos saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do *desenvolvimento combinado*, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão das distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas.” (TROTSKY, 2007, p. 21)

Nesse bojo, a inserção do Brasil dinâmica de acumulação montada em *Bretton Woods* foi conduzida, internamente, pela centralização do poder com a instauração do regime militar. O golpe, em abril de 1964, não representou apenas uma tomada de poder e mudanças na constituição da política institucional, mas também conformou um novo direcionamento econômico e uma nova forma de inserção do país na divisão internacional do trabalho. As mudanças implementadas, neste período, resultaram na retomada de uma nova etapa de desenvolvimento fundada pelo padrão monopolista e sustentado, em grande medida, pelo financiamento externo.

A estrutura de financiamento do país, tanto no âmbito do Estado como no setor privado, configurava-se de forma deficiente apresentava-se como grande obstáculo para retomar o desenvolvimento em novas bases. Os setores bancário e financeiro eram os mais atrasados se comparados com as demais economias já consolidadas. Doravante outras circunstâncias e necessidades, o projeto econômico dos militares definiu como uma de suas prioridades a reforma do sistema financeiro.

A partir de uma orientação monetarista e anti-inflacionária a taxa de juros passou a crescer e deixou de ser negativa já no período de Castelo Branco e importantes mudanças institucionais foram implementadas, contudo, sem alterar o padrão de financiamento em vigor desde de 1930 que se assentava no Estado e no financiamento do capital externo. As modificações desta ordem



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

buscavam, sobretudo, estreitar as relações do Brasil com o sistema financeiro internacional e nesse sentido, reduziu a capacidade do país de desenvolver um sistema financeiro nacional. Dentre as medida e instrumentos criados nesse processo podemos destacar (BAER, 1986, p. 14):

1) a Lei nº 4.595/64 que criou o Banco Central que substitui a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) e reformulou o sistema bancário especializando suas funções. A especialização das diversas instituições financeiras buscava maior mobilidade e eficiência na mobilidade dos capitais. Nesse sentido, os bancos comerciais deveriam restringir sua atuação em financiamentos de curto prazo e os bancos de investimento deveriam atuar em financiamentos de médio e longo prazo. E no âmbito da habitação, os recursos deveriam ser canalizados através do Banco Nacional de Habitação (BNH);

2) Institucionalização da Resolução nº 63 de 1967 que permitia os agentes financeiros instalados no Brasil tomar empréstimos externos e repassa-los internamente, estabelecendo uma relação mais direta entre o sistema financeiro nacional e internacional. Essa Resolução se tornou mais importante com a adoção de ajustes periódicos do câmbio, pois os empréstimos externos se equipararam, praticamente, aos riscos de empréstimos internos. Portanto, o capital externo passou a ser uma fonte importante de recursos;

3) Lei nº 4.131/1962 determinava que os empréstimos em moeda englobavam todos os empréstimos contraídos no exterior para empresas e indivíduos residentes no Brasil e, não se estabelecia distinção entre empresas privadas e públicas. O estabelecimento da instrução nº 289 de 1965 autorizava empresas estrangeiras instaladas no país a contrair empréstimos diretamente de empresas do exterior.

A despeito das medidas terem sido direcionadas ao sistema financeiro interno, ficou evidente a primazia dada ao capital externo e às empresas multinacionais. Os resultados concretos dessa reestruturação foi uma maior centralização e a concentração bancária, pois, a especialização das funções bancárias e as exigências que se colocavam restringiu as atividades financeira à poucos conglomerados. Além disso, esse processo veio associado de maior internacionalização da economia brasileira tanto na presença de capital no país como, fonte de recursos para empréstimos. Acreditava-se que os conglomerados financeiros tinham força propulsora para desenvolver o país,



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

por isso, estimulou-se sua expansão no país, podemos destacar ainda a criação da Cofie (Comissão de Fusão e Incorporação de Empresas). Esta ampliação se deu juntamente com a monopolização do mercado brasileiro, nos quais as multinacionais do "centro" instalam subsidiárias em outros países, geralmente periféricos, e passam a realizar parte de sua mais-valia no exterior, importando produtos de sua própria sucursal. As grandes empresas estrangeiras foram as principais favorecidas pelas políticas de subsídios, isenções fiscais, incentivo à exportação e entrada de capitais.

A política brasileira, a partir deste período se abriu ao exterior, especialmente após o período de recessão entre 1963 e 1967 e conduziu o Brasil ao chamado “Milagre” Econômico, iniciado em 1968, cuja marca foi de um período de expansão econômica e taxas elevadas de crescimento associado ao controle inflacionário. Esta quadra foi marcada pelo avanço do capitalismo monopolista, pois, a partir da estrutura montada desde 1964 foram os setores que mais se apropriaram da acumulação gerada com o “Milagre”. Na medida em que foi conservado a desigualdade econômica e concentração de renda, se aprofundou o caráter autoritário o regime militar.

Embora o país experimentasse um crescimento econômico significativo, as bases que o sustentava eram bastante frágeis e recolocava a condição de subalternidade e dependência frente ao mercado internacional e aos países do centro. A expansão das exportações não resultou em avanços tecnológicos, mas foi sustentada pela extensão dos recursos naturais e o baixo custo da mão-de-obra. Deste modo, as importações cresceram mais que as exportações gerando déficits que foram cobertos por entrada de capitais estrangeiros, inclusive por empréstimos, acarretando um exponencial crescimento da dívida externa. Esta política econômica apoiava-se no sistema de crédito: quer no âmbito externo pela abertura financeira da economia, quer no âmbito interno pela correção monetária de ativos financeiros.

A natureza deste financiamento externo era altamente instável e insegura, pois, apesar de terem contratos de longo prazo, as linhas de créditos eram renovadas a cada seis meses com a repactuação das taxas de juros tomando-se por bases a taxa em vigor no euro mercado. Os dólares não se destinavam apenas a financiar as importações, mas grande parte se convertia em cruzeiros



para pagamento às grandes construtoras, dolarizando o sistema de crédito e atrelando a política financeira interna ao destino do dólar no mercado internacional.

A política econômica do regime militar esteve subordinada ao mercado internacional, e isso pressupôs que o sistema financeiro internacional funcionaria como um fundo de créditos permanente, o que resultou num avanço expressivo da dívida externa do país. Tal endividamento, basicamente financeiro, esteve atrelado as demandas e mudanças postas pelo mercado internacional.

III. DEPENDÊNCIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO EXTERNO

Neste contexto, o Brasil irá se especializar em produtos semielaborados e dependerá essencialmente de um tripé macroeconômico para sustentar o desenvolvimento, qual seja: importação de bens de capitais, de tecnologia agregada e financiamento de capitais. Apesar da retomada do crescimento, em 1967, o país aprofunda sua condição dependente e, por essa mesma razão, torna-se vulnerável a quaisquer mudanças no mercado internacional visto que a conservação do eixo dinâmico da política macroeconômica requeria crescentes importações e garantia de competitividade, isto é, baixa remuneração da força de trabalho. Para alguns autores, a política econômica do “milagre” representou um recuo da política de substituição de importações e aprofundamento da dependência nacional. Paul Singer diz que:

Isto significa que uma parcela crescente da reposição e da ampliação da capacidade produtiva da indústria está sendo realizada com equipamentos importados, em detrimento dos produtos do Departamento 1 de nossa economia. Um outro indicador, no mesmo sentido, é a evolução das importações de máquinas, veículos e seus acessórios (...). O exame destas cifras leva à hipótese de que a substituição de importações de bens de equipamentos está sendo revertida e que nossa dependência tecnológica com o exterior está aumentando. (SINGER, 1982, pp. 72-73)

Além da regressão a um projeto de desenvolvimento frágil, a dependência do financiamento externo levará, no decorrer da década de 1970 e início dos 1980, a uma expansiva dívida externa. Dentre os países da periferia, o Brasil era um dos principais devedores de capitais ao mercado



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

internacional chegando a cifras de 68 bilhões de dólares em 1981 (TAVARES; DAVID, 1982, p. 10). Vale destacar que “cerca de 70% da dívida total foram contratadas a taxas flutuantes. Como consequência, uma elevação de um ponto de percentagem da taxa de juros internacional significa um dispêndio administrativo de cerca de 400 milhões de dólares”. (Idem, Ibidem).

A execução do II Plano Nacional de desenvolvimento (PND) exacerbou o endividamento externo do país e a deterioração das finanças públicas. O então constituído euro mercado¹ foi a principal fonte de endividamento do país mediante a disponibilização de capitais de curto prazo e juros flexíveis. A política de gastos, através de subsídios fiscais e creditícios, para sustentar novos setores produtivos num contexto de política monetária restritiva deu origem a uma elevada dívida pública, visto que a captação de recursos para as empresas se dava por intermédio do Estado e à altas taxas de juros.

Neste contexto, os “bons ventos” do mercado internacional, que sustentava a política de financiamento do Brasil, parecem ter encontrado seus limites. O longo ciclo de acumulação iniciado em *Bretton Woods* passou a dar sinais de esgotamento a partir dos anos 1970. Este colapso se demonstrava pelos indicadores econômicos: desaceleração nos principais países industrializados, perda de dinamismo no comércio internacional, aumento da inflação e elevação da taxa de juros.

Entendemos que tais indicadores sugerem uma recessão generalizada que corrobora uma crise “clássica” do capitalismo, isto é, de superprodução. Não obstante, muitos acontecimentos, como por exemplo, o “choque do petróleo²”, contribuíram para o aprofundamento da mesma. Entretanto, o núcleo central se deve a queda da taxa média de lucro, que resulta na aceleração inflacionária e estrangulamento entre os setores produtivos, como bem demonstra Ernest Mandel:

¹ Os dólares fruto dos crescentes investimentos americanos no exterior e dos gastos militares formaram um mercado global de empréstimos, a curto prazo, que estavam fora do controle dos Bancos Centrais. A fundação do euro mercado deu origem a um importante ciclo de crédito fundado em fontes privadas e bancos transnacionais. Na segunda metade de 1970 parte significativa destes recursos foram destinados ao financiamento de contas deficitárias na periferia resultando num grande endividamento.

² Uma consequência mais imediata e duradoura da Guerra do *Yom Kippur* foi o bloqueio, proposta dos países árabes membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, a OPEP, de fornecimento de petróleo aos EUA e países europeus que apoiavam Israel. Tal fato representou um enorme desafio à hegemonia dos Estados Unidos e elevou, de sobremaneira, os preços do barril de petróleo. Como consequência direta, o Brasil, à época importador de petróleo, viu sua balança comercial sofrer um enorme desequilíbrio, ante à necessidade de importar petróleo à preços proibitivos, o que aprofundou a crise do milagre.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Mas a terceira revolução tecnológica e própria expansão, uma vez que implicam uma concentração acentuado do capital, levaram a um aumento pronunciado da composição orgânica do capital. (...). Daí a erosão inexorável taxa média de lucro de lucros, que em correlação com a difusão cada vez mais universal das características da terceira revolução tecnológica (e, logo, com a erosão das “rendas tecnológicas”), termina por determinar a inversão da “onda longa”. (MANDEL, 1990, p. 27).

Assim, este endividamento externo possui fortes relações com a atrofia do sistema financeira doméstico, contribuindo para superar as falhas na matriz através da excessiva liquidez internacional. Entre as décadas de 1970-1980, a absorção dos recursos financeiros foi superior aos recursos reais. A formação de reservas, poder de compra não utilizado em moeda estrangeiro, é resultado deste processo.

Com o segundo choque do petróleo em 1980 e a consequente contração de liquidez e alta dos juros, se pôde observar um maior racionamento dos empréstimos, contribuindo para uma, cada vez maior, queima das reservas para fechar as contas externas. A partir deste período, os juros terão uma elevação constante, tendo, no lado oposto, uma constância na retração do financiamento externo. O crescimento da dívida líquida deve-se ao aumento dos déficits em conta corrente que não necessariamente devem ser interpretados como entrada de recursos reais do exterior. Em grande medida, deve-se a alta dos juros, a partir de 1973, fez com que parte da dívida fosse assumida por juros flutuantes, o que contribui para elevar o valor do serviço da dívida.

Entendemos, de acordo com Carneiro (2002), que um dos aspectos fundamentais deste processo de endividamento externo reside na crescente estatização da dívida, no qual o setor público, já em 1974, era responsável por 50%, chegando, em 1980, a quase 70%. O auge deste processo de estatização da dívida é a marca do II PND, pois tinha, na empresa estatal, o elo protagonista em conjunto com os investimentos em infraestrutura. A partir de 1974 haverá uma crescente vulnerabilidade do país cuja demonstração maior será com o segundo choque do petróleo, em 1979.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Em âmbito mundial, o aprofundamento da colocou em xeque a estrutura financeira e econômica montada em *Bretton Woods*. O significado histórico deste fenômeno não foi apenas a quebra do molde rígido na liquidez monetária internacional, mas a explicitação da necessária recomposição das frações burguesas em um novo padrão de acumulação de capital. A relativa perda de força hegemônica no campo internacional abriu fissuras e condicionou um novo amálgama.

O montante excessivo de dólares em circulação passou a levantar desconfiças quanto à liquidez da moeda estadunidense. O enredo final se dá com a admissão do câmbio flutuante e o rompimento com o padrão-ouro, sustentando uma ampliação do dólar no circuito financeiro e permitindo uma livre especulação e aplicação. Ou seja, arrefeciam-se os questionamentos sobre o valor do dólar em nome da mobilidade de capitais.

O alto déficit acumulado pelo governo estadunidense desde o pós- II Guerra colocou em xeque o poderio dos EUA junto aos países recentemente financiados visto que, se encontravam economicamente enrijecidos pelo avanço tecnológico, e ansiosos por postos de destaque. A retomada da hegemonia estadunidense se fez a partir de seu sistema financeiro (CARNEIRO, 2002, p. 117). Usando do privilégio de possuir a moeda de reserva internacional, valer-se-ão da subida unilateral da taxa de juros, em 1979, obrigando, desta forma, os países do centro a atingir superávits comerciais para financiar os déficits da conta de capitais, e, a implantação de políticas monetárias restritivas que arrefecem as importações e resultam em um menor crescimento, se comparado ao período anterior.

Este reordenamento macroeconômico, em termos globais, se consagrou na razão direta da retomada hegemônica dos EUA. A conformação de um mercado financeiro onipotente conjugou a hegemonia estadunidense à medida que a liberalização toma conta dos mercados nacionais e das transações internacionais. A afirmação do dólar como moeda corrente nas negociatas mundiais, será o restabelecimento dos EUA como bastião da ordem societal capitalista.

A disparada da taxa de juros comandada pelo *Federal Reserve* significou a cristalização dos novos mecanismos de arrecadação de capital ocioso. O Brasil, assim como uma parcela significativa da “periferia”, ficou à beira do colapso econômico com o endividamento galopante. A



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

moratória decretada pelo governo mexicano, em 1982, foi o sinal do profundo esgotamento do modelo vigente.

O projeto de desenvolvimento arquitetado durante a ditadura militar acarretou aprofundamento da dependência financeira e tecnológica do país a perda total de autonomia de nossa política econômica e a dolarização do sistema financeiro privado e das empresas públicas, esta condição foi levada a dramática interrupção de crédito entre 1970 e 1980. O encurtamento dos créditos bloqueou o Brasil de financiamentos, logo suas reservas internacionais se esgotaram. Sob uma dura recessão a equipe econômica perdeu totalmente a iniciativa e capitulou diante do FMI. Este ato não pode ser considerado algo isolado, mas como parte de um constructo estimulado desde o golpe quando deslocou o eixo da dependência econômica do campo tecnológico e industrial para o campo financeiro.

VI. CONCLUSÃO

O que estamos demonstrando, ao longo de todas as argumentações expostas, é que as linhas centrais da política econômica da ditadura militar possibilitaram a conversão dos eixos estruturantes do projeto de desenvolvimento brasileiro de uma perspectiva mais autônoma para outra, mais dependente. E teve como um dos pilares fundamentais a reestruturação do sistema financeiro e o padrão de financiamento estabelecido a partir do capital externo. Não obstante, o discurso realizado na época dava indícios de que estas políticas seriam conectoras decisivas para o crescimento do país. No entanto, como pudemos observar, o que, de fato, obteve êxito quantitativo foram os índices da dívida externa brasileira e da perda significativa de autonomia do Estado frente as intemperes do mercado internacional.

Perante a crise dos anos 1980, a possibilidade de desenvolvimento de um projeto sob bases mais autônomas da economia nacional não tem mais espaço de se sustentar, visto a vertiginosa dívida externa e os altos índices inflacionários. A saída colocada pelo sistema capitalista foi a submissão à plataforma política liberalizante a partir do Consenso de Washington que determinou algumas diretrizes e reformas para estes países: redução de gastos públicos, reforma tributária, investimento estrangeiro, privatizações e entre outros.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O Brasil, condicionado pelas agências multilaterais, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, assume acordos no início da década de 1990, sob a gestão do governo Collor, que impõe a abertura de mercado, a desregulamentação de capitais e do mercado interno, a liberalização cambial e a privatização econômica submetendo-o ao mercado externo e ao capital e inserindo o país no bojo da política neoliberal estabelecendo um novo patamar de dependência e subalternidade.

IV. Bibliografia

BAER, Mônica. **A Internacionalização Financeira no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise:** a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora Unesp, IE - Unicamp, 2002.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MANDEL, Ernest. **A Crise do Capital:** os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990

SINGER, Paul. **A Crise do "Milagre"**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TAVARES, Maria da Conceição; ASSIS, José Carlos. **O Grande Salto para o Caos:** a economia política e a política econômica do regime autoritário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

TROTSKY, Leon. **História da Revolução Russa (Tomo I)**. São Paulo: Ed Sundermann, 2007.